

05

GIRO DECOLONIAL: CONSTRUÇÕES E PERCEPÇÕES COLETIVAS A PARTIR DOS FEMINISMOS NEGROS E ATIVISMOS QUEER/QUIR LATINO-AMERICANOS

**DECOLONIAL TURN: COLLECTIVE
CONSTRUCTIONS AND PERCEPTIONS
FROM BLACK FEMINISMS AND LATIN
AMERICAN QUEER/QUIR ACTIVISM**

Pedro Henrique Almeida Bezerra

Doutor em Sociologia (PPGS/UECE)

e-mail: pedro.almeida@aluno.uece.br

Kelyane Silva de Sousa

Mestra em Políticas Públicas e Sociedade (PPGS/UECE)

e-mail: kelyane.silva@aluno.uece.br

Priscila Greyce do Amaral Gomes)

Doutora em Sociologia (PPGS/UECE)

e-mail: priscilaamaralgom@gmail.com



RESUMO

O presente estudo visa promover uma reflexão crítica a respeito das perspectivas decoloniais e interseccionais sobre os movimentos feministas negros e *queer/cuir* na América Latina. A pesquisa em tela é de natureza qualitativa do tipo bibliográfica e de campo. O referencial teórico utilizou autores como Ballestrin (2013) e Quijano (1992), Lambert (2019), Preciado (2022), dentre outros. Como técnica de pesquisa utilizou-se questionário semiestruturado com os participantes do minicurso, ministrado pelos autores, intitulado “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” e a observação participante na sala de aula. Os principais resultados apontam que a construção de práticas decoloniais perpassa por mudanças nas formas de agir, sentir e pensar no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Decolonialidade. Interseccionalidade. Gênero e sexualidade. Feminismo negro.

ABSTRACT

This study aims to promote a critical reflection on decolonial and intersectional perspectives on black feminist and *queer/cuir* movements in Latin America. The research in question is of a qualitative nature, bibliographic and fieldwork. The theoretical framework used authors such as Ballestrin (2013)

and Quijano (1992), Lambert (2019), Preciado (2022), among others. The research technique used a semi-structured questionnaire with the participants of the mini-course, taught by the authors, entitled “The decolonial turn: intersectionality and feminist and queer/cuir movements in Latin America” and participant observation in the classroom. The main results indicate that the construction of decolonial practices involves changes in the ways of acting, feeling and thinking in the contemporary world.

Keywords: Decoloniality. Intersectionality. Gender and sexuality. Black feminism.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa promover uma reflexão crítica sobre as perspectivas decoloniais e interseccionais sobre os movimentos feministas negros e *queer/cuir* na América Latina. Tal reflexão parte das percepções advindas da experiência dos autores em ministrar o minicurso intitulado: “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” durante a programação da XXVIII Semana Universitária da Universidade Estadual do Ceará (UECE) ocorrida entre os dias 25 a 28 de setembro de 2023.

Nesse sentido, o debate aqui empreendido visou resgatar os sentidos dos movimentos feministas e sua pluralidade a partir de uma perspectiva decolonial, ressaltando a dimensão da interseccionalidade, através das elaborações de autoras negras e indígenas. Outro fator relevante, é a questão do ativismo *queer*/cuir nesse ínterim e suas potências questionadoras do gênero e da sexualidade a partir de uma visão também decolonial. Dessa forma, o questionamento inicial que mobilizou esse estudo pode ser sintetizado da seguinte forma: quais as percepções dos/as participantes do minicurso “O Giro Decolonial [...]” – após a explanação da temática pelos palestrantes – sobre práticas que potencialmente promovem formas de ser, pensar e agir decoloniais? Logo, o objetivo central da pesquisa foi mapear tais percepções sobre a construção de práticas decoloniais na vida cotidiana.

O estudo ora desenvolvido possui natureza qualitativa do tipo bibliográfica e baseou-se nos autores Ballestrin (2013), Quijano (1992), Lugones (2020), Foucault (1988), Butler (2016), Gayatri Spivak (2010), dentre outros. Tal investida teórica buscou situar os estudos feministas e decoloniais, bem como as perspectivas da teoria *queer* e sua resignificação para o ativismo *queer*/cuir latino-americano.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa direciona-se para uma parcela da realidade que não pode

ser compreendida em sua profundidade a partir da sua quantificação. Nesse sentido, ela trabalha a dimensão dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes. Foi realizada também pesquisa de campo. Essa pode ser entendida como a incursão em uma determinada realidade concreta buscando uma aproximação e apreensão dos seus significados *in loco*. Nesse sentido Minayo (1994), define que o campo de pesquisa é caracterizado por um recorte espacial delimitado pelo pesquisador mediante o panorama de uma realidade empírica a ser estudada a partir de um determinado escopo teórico e objeto de investigação. A técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionário semiestruturado com os(as) estudantes inscritos(as) no minicurso e a observação da interação destes em sala de aula.

O próximo tópico buscará desenvolver três principais temáticas: 1) A perspectiva decolonial e interseccional e sua relação com os debates gênero e sexualidade na América Latina; 2) O feminismo decolonial e seus questionamentos das normas de gênero: críticas às estruturas de poder patriarcais e coloniais, enfatizando vozes e perspectivas das mulheres latino-americanas na desconstrução de normas de gênero e sexualidade; 3) Movimentos *queer/cuir*, subversões de identidade e suas conexões com o feminismo e o tensionamento de normas de gênero e sexualidade. Por fim,

serão apresentados os pontos de vistas dos (as) participantes do minicurso e suas contribuições para a construção de uma decolonialidade do poder, do saber e do ser.

2. GIRO DECOLONIAL E OS TENSIONAMENTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS

2.1 A perspectiva decolonial e interseccional na América Latina

O debate acerca da decolonialidade e da interseccionalidade é considerado recente na ciência brasileira, entretanto, remonta há mais de três décadas na América Latina. Para compreender sua construção, a autora Luciana Balestrin (2013) propõe entender o denominado “giro decolonial”, que corresponde a uma mudança epistemológica a partir das construções históricas não-ocidentais e/ou eurocentradas.

O Percurso do pensamento decolonial tem como marco a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)¹ no final dos anos 1990, por pensadores de países como México, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela e Porto Rico, os quais, a partir de suas trajetórias pesquisando e lecionando em

1 Dentro os marcos da criação do Grupo estão dois eventos principais: um encontro apoiado pela Clacso em 1988 e um Simpósio Internacional na Pontificia Universidad Javeriana na Colômbia, em 1999. Durante os anos de 2000 a 2006 ocorreram diversas reuniões e eventos oficiais do grupo (BALLESTRIN, 2013).

universidades dos países do norte global, e, após o contato com o pensamento pós-colonial, perceberam a necessidade de valorizar e difundir estudos e pesquisas produzidas no sul global.

A principal característica desse grupo foi a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”, ou seja, reverter a ordem da relação de poder, bastante difundido através da imagem “América Invertida” de Joaquim Torres Garcia de 1943². A referida imagem foi também utilizada no minicurso “O Giro Decolonial [...]” e foi o ponto de partida para os debates, que será melhor demonstrado no terceiro tópico deste artigo.

Antes de adentrar ao pensamento decolonial, é necessário estabelecer a diferença entre pós-colonialismo e decolonialidade. O primeiro, pós-colonialismo ou pensamento pós-colonial, “representa o conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra” (Ballestrin, 2013, p. 90). Dentre os (as) autores (as) destacam-se no debate pós-colonial, estão: Albert Memmi, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Edward Said, Ranajit Guha e Gayatri Spivak.

2 A imagem está disponível no site História da Américas, no endereço: <https://historiasdasamericas.com/america-invertida/>

Para compreender a decolonialidade é preciso saber que este movimento teórico-político oposto à colonialidade - termo que refere “ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial (Santos, 2018, p. 4). Nessa perspectiva é que se forma as concepções teóricas e epistemológicas do Grupo M/C.

Aníbal Quijano³ (1992) um dos participantes do Grupo M/C desenvolveu o conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser. Segundo o autor, a colonialidade nasce no capitalismo e se espalha na América através da classificação racial e étnica da população e atinge as diversas esferas da vida social. Diante disso, fica explícito que o racismo, que perpassa tanto a colonialidade do poder através da hierarquização dos países colonizadores sobre os colonizados e do ser, baseado na segregação dos indivíduos foi fundamental para a consolidação do capitalismo e para a estrutura de poder consolidada na contemporaneidade.

Ao considerar os locais de nascimento e de produção acadêmica dos principais autores ao longo do século XX, percebe-se que os países do norte global - que também predominam sobre a economia mundial - concentram a

3 É um sociólogo de origem peruana que lecionava na Universidad Nacional de San Marcos, Peru, no período da formação do Grupo Colonialidade/Modernidade.

maior parte da literatura e são o parâmetro de formação do pensamento também sobre o sul global. O conceito de modernidade e racionalidade tornou-se então vinculado ao centro de poder do capital:

Os defensores da patente europeia da modernidade costumam apelar para história cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das América, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças a América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região (Quijano, 2000, p. 112).

O colonialidade do saber é na atualidade, um crescente debate no campo epistemológico, por questionar o modo de produção do conhecimento científico desde a modernidade:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2000, p. 126).

A partir daí vai se consolidando o entendimento da necessidade de um “giro decolonial” que possa alterar as relações do poder, do saber e do ser. Um outro grande colaborador desse pensamento foi Walter Mignolo⁴ (2010), o qual constrói sua argumentação demonstrando que a colonialidade do poder pressupõe o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade e do conhecimento. Sua perspectiva teórica, assim como a de Quijano, propõe uma “desobediência epistêmica” diante da hegemonia do norte global (Santos, 2018).

Outros autores que fizeram parte do grupo Modernidade/Colonialidade, segundo Ballestrin (2013) e suas respectivas

4 O autor argentino é integrante da área de semiótica e lecionava na Duke University dos Estados Unidos no período de formação do grupo M/C.

nacionalidades, são: Enrique Dussel (Argentina), Immanuel Wallesterstein (EUA), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico) e Ramón Grosfóguel (Porto Rico), Edgardo Lander (Venezuela), Arthuro Escobar (Colômbia), Fernando Coronil (Venezuela), Catherine Walsh (EUA), Boaventura Santos (Portugal) e Zulma Palermo (Argentina). Nesse primeiro momento, nota-se a escassez de mulheres contribuindo para o debate, que depois foi florescendo entre as pensadoras feministas, notadamente dentre as negras e indígenas.

2.2 O feminismo decolonial e seus questionamentos das normas de gênero: mulheres latino-americanas na desconstrução de normas de gênero e sexualidade

No século XXI observamos, no âmbito da teoria social feminista, uma interpelação de uma narrativa predominante entre aquelas que estão no norte global, de não apresentar as diferenciações da luta das mulheres subalternizadas a partir da interseccionalidade étnico-racial e de classe. Este questionamento é aberto no âmbito dos feminismos negros e da luta das mulheres indígenas e camponesas, principalmente na terceira onda feminista, em que as mulheres negras são as precursoras em abordar a secundarização de suas pautas e a não percepção, por parte das mulheres brancas, sobre suas especificidades.

Sobre o feminismo a partir da discussão decolonial, destaca-se a contribuição de María Lugones, quando a mesma trata sobre a decolonialidade de gênero a partir da noção de colonialidade traçada por Aníbal Quijano. A *colonialidade* (Quijano, 2000) permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades *geoculturais*, como “*américa*”, “*europa*” e destas novas identidades como o “*européu*”, “*índio*”, “*africano*” (Lugones, 2020). Estas carregam padrões de dominação como “*índios*”, “*africanos*” sendo parte da inferioridade e “*européu*”, o homem branco burguês passa a ser reconhecido como superior. A *colonialidade do poder*, com a expansão do *colonialismo europeu*, tem se tornado um fenômeno mais amplo, e passa a ser um dos eixos do sistema de poder. Desta forma, atravessa o controle de acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, bem como à produção de conhecimento (Lugones, 2020).

Kimberlé Crenshaw, eu e outras mulheres de cor feministas argumentamos que as categorias são entendidas como homogêneas e que elas selecionam um dominante, em seu grupo, como norma, dessa maneira, “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses, “negros” seleciona os machos heterossexuais negros, e, assim, sucessivamente (Lugones, 2020, p.60).

Este “dominante” citado por Lugones (2020) tira de cena alguns sujeitos, como as mulheres que não são brancas, ou as que não fazem parte da burguesia ou mesmo as mulheres não brancas pobres. Portanto, é fundamental desenvolver análises de caráter *interseccional*. Desta forma, trabalhar com a *interseccionalidade* nos permite reconceitualizar, evitando separar as categorias a propósito do próprio entendimento sobre mulheres negras, indígenas e periféricas. Lugones (2020) afirma:

Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação de categorias existentes e o pensamento categorial (Lugones, 2020, p.60).

No âmbito desta crítica, argumenta-se que há uma tendência de homogeneização da condição histórica sob a categoria *mulher*, o que pressupõe uma universalização do entendimento do *gênero*. Essas discussões teóricas têm colocado em xeque o que se entende por ser *homem* e *mulher*.

No contexto brasileiro destaca-se a discussão de Lélia Gonzalez que embora não utilize o termo da decolonialidade, a autora traz o recurso de pensar os marcadores

sociais de forma relacional, como a questão da raça, classe e gênero. A autora tecia crítica em relação a secundarização da discussão racial em detrimento da questão de classe. Para Lélia Gonzalez ao analisar as profundas diferenças raciais, afirma ser necessário articular as categorias. A autora teve um intenso movimento com a militância e participou da fundação de coletivos da questão étnico-racial, dentre eles, o coletivo Nzinga em 1983, no Rio de Janeiro, formado por mulheres negras que reivindicavam direitos sociais e políticos (Queiroz e Moreira, 2023).

Nos debates teóricos e políticos das mulheres indígenas e sua concepção de feminismo problematizam a categoria gênero, ao reivindicar outras formas de compreensão desses papéis sociais para além de um binarismo. É o caso do Feminismo Comunitário e o par complementar *Warmi-Chacha*, o “*par político*”, mulher-homem que fundamenta o Feminismo Comunitário (Barbosa, 2019), ou ainda, a existência de outras formas de gênero, diferentes e mais igualitárias. Conforme destaca Barbosa (2019): “Um exemplo a ser tomado é o da cultura Navajo, na região fronteira com o México, em que coexistem quatro categorias de gênero: mulher, mulher masculina, homem masculino, homem feminino” (p. 214).

O Feminismo Comunitário é exemplo de luta desenvolvido pelas mulheres latino-americanas com participação

de mulheres indígenas e negras na formulação de um pensamento feminista a partir do contexto sul americano. O Feminismo Comunitário nasce no contexto de resistência das organizações populares e movimentos indígenas da Bolívia, intensificado a partir de 2003, ano de fortalecimento do campo popular na disputa por uma refundação do Estado e de uma nova Constituição Plurinacional (Barbosa, 2019, p. 204).

O Feminismo Comunitário consiste em um constante movimento de criação e recriação de pensamento. Esta perspectiva feminista tem se esforçado para tentar criar categorias de atuação política que ainda estão em desenvolvimento na academia. É uma proposta feita pela combinação do pensamento e sentimento das mulheres indígenas que se assumem feministas comunitárias (Cabnal, 2010).

No Brasil, temos o movimento de mulheres indígenas, o qual mais recentemente criou a organização Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) ocorreu durante a II Marcha das Mulheres Indígenas, em 2021, em Brasília. A ANMIGA organizou três marchas à Brasília, realizadas em 2019, 2021 e 2023, em defesa das mulheres indígenas, dos Povos Indígenas e dos Territórios Indígenas com previsão de organizar outras marchas. A ANMIGA possui em seu sítio

eletrônico uma Carta Manifesto, em que expressa como entendem seu movimento:

A ANMIGA é composta pelas mulheres indígenas, originárias da Terra. Sabemos que a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A Mãe do Brasil é Indígena. O Brasil nunca existiu e nunca existirá sem nós. A ANMIGA é essa articulação de mulheres ramas, uma referência nacional que dialoga e está conectada e ramificada com nossas bases, fortalecendo toda mulher que esteja à frente de organizações e de situações dentro e fora do território.

Nós entendemos a importância da articulação política, das mulheres-água em constante movimento nas correntezas das lutas. Somos as sementes das nossas ancestrais, aquelas que mesmo antes de existir o movimento social já possuíam o movimento tradicional e ancestral que nos fortalece e está presente em nossos territórios-corpo, refletido em nossos biomas, em nossas águas e nas sementes que pintam, adornam e alimentam nossos corpos.

Nós somos porque nossas ancestrais foram. As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Mulheres nas comunidades: parteiras, remendeiras, pajés, lideranças e cacicas. Desde a década de 80 até hoje (Anmiga, 2020).

O entendimento de quem são enquanto mulheres indígenas passa pela compreensão sobre a natureza, quando afirmam serem ramos, pelos temas de suas marchas, bem

como pela forma como caracterizam seus corpos como biomas. Cada um destes seria como vários ecossistemas, que possuem características próprias sobre fauna, flora, clima, demonstrando a unicidade em sua pluralidade.

Esta perspectiva nos remete a compreensão da categoria corpo-território que configura uma relação entre território e suas sociabilidades que contrapõe a lógica capitalista e a propriedade privada, permitindo imaginar coexistência e posicionamento no território como uma chave comunitária, em equilíbrio com a natureza (Barbosa, 2021). Assim, as mulheres indígenas têm utilizado da compreensão do “corpo-território” para a defesa das terras indígenas e de seus próprios corpos, na compreensão de que os corpos das mulheres fazem parte do território e o território faz parte dos corpos femininos), frente aos avanços capitalistas.

Outro ponto relevante que marcam as semelhanças entre o feminismo comunitário e o movimento de mulheres indígenas no Brasil é o entendimento do *comum*, o pertencimento a uma comunidade. Isso fica mais nítido quando observamos as pautas políticas apresentadas por estas, como a defesa do território, a educação diferenciada e saúde indígena, todas essas pautas são pautas comuns ao movimento indígena geral, embora apresentem pautas mais específicas são estas que se destacam em seus discursos e materiais políticos.

Castillo (2014) aponta que as mulheres indígenas têm juntado suas vozes a voz das mulheres negras na crítica sobre os discursos construídos pelas mulheres que defendem o feminismo radical e liberal no qual elas caracterizam as mulheres de forma universalizante, sem levar em consideração os contextos sociais e históricos nos quais as mulheres estão inseridas e as questões decorrentes da raça, da classe e da etnia das mulheres.

Lambert (2017) apresenta como as mulheres passam a sofrer e acumular diferentes tipos de violência a depender da raça, etnia e classe nas quais estejam inseridas. É nesse sentido que caminha os escritos e as práticas das feministas negras e chicanas na perspectiva de articular diferentes tipos de sistema de opressão para pensar a dominação de forma mais complexa.

A partir dos anos 1970, numerosas feministas negras, hispano-americanas e indígenas criticaram o feminismo ocidental, muitas vezes carregado por mulheres brancas e de classe média. Para essas, o feminismo branco, que postulou uma condição universal das mulheres partindo da sua própria experiência, não tomou em conta a articulação dos diversos sistemas de opressão, entre eles aquele ligado à raça (CURIEL, 2007). De fato, o racismo e o colonialismo, produziram realidades sociais em que as mulheres negras, indígenas ou mestiças sofrem formas diferentes (ou o acúmulo) de violências, em

relação às que vemos agir sobre as mulheres brancas. Consequentemente, as mulheres “não-brancas” não se encontram nas reivindicações dessa forma de feminismo geralmente marcado pelo etnocentrismo e eurocentrismo (Lambert, 2017, p.63).

Nesse sentido, a autora apresenta que o corpo é local de inscrição,

É essa a razão por que os escritos e as práticas das feministas negras e chicanas vão no sentido de uma tomada de consciência da articulação dos múltiplos sistemas de opressão: de gênero, de raça, de classe, entre outros. Nasce daí o conceito de interseccionalidade, que especifica a importância do estudo das relações entre esses diferentes sistemas e constitui, assim, uma ferramenta para pensar a dominação de forma complexa. (Lambert, 2017, p. 63 e 64).

Deste modo, a interseccionalidade tem sido um instrumento analítico para pensar a relação entre os diversos sistemas de dominação. A luta das mulheres negras e indígenas em conjunto com o feminismo decolonial apresenta críticas que possibilitam avançar na luta pelos direitos das mais diversas formas de ser mulher.

2.3 Movimentos *queer*/cuir, subversões de identidade e suas conexões com o feminismo e a desconstrução de normas de gênero e sexualidade

Os pontos de convergência e conexão entre as diversas vertentes do feminismo e o ativismo, movimento e teoria *queer* são inúmeros. As chamadas ondas ou fases do feminismo, buscaram ao longo da história questionar o lugar socialmente atribuído às mulheres: em um primeiro momento, as mulheres brancas da elite, posteriormente as mulheres negras e contemporaneamente questionaram-se o próprio conceito de mulher (Cyfer, 2009). A teoria *queer* também busca questionar as estruturas sociais e os lugares socialmente atribuídos às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Ambos movimentos abrangem a luta pelos direitos e emancipação de segmentos sociais marginalizados (Dias; Arcângelo, 2017).

A teoria *queer* é uma abordagem acadêmica e cultural que questiona as normas tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, tensionando as estruturas sociais que perpetuam essas normas. Os principais teóricos e precursores da teoria *queer* podem ser identificados como: 1. Michel Foucault (1988): pensou a sexualidade como uma construção histórica, utilizada para controle social; 2. Judith Butler (2016): introduziu o conceito de performatividade de gênero, reafirmando que o gênero é

uma construção social e criticando as normas de gênero binárias; 3. Paul B. Preciado (2022): refletiu sobre a performatividade e corporalidade, questionando a medicalização das identidades trans e *queer*.

Michel Foucault possui diversas obras nas quais discute sobre a questão da sexualidade. Sua publicação mais célebre sobre o assunto é a coletânea de livros intitulada “História da Sexualidade”, a qual possui quatro volumes desenvolvidos entre os anos de 1975 a 1984, durante a sua atuação no Collège de France. A ideia central desse conjunto de livros, embora difícil de reproduzir sem incorrer em reducionismos, trata a sexualidade de um ponto de vista de sua contextualização sócio-histórica e a forma como ela foi moldada por diversos discursos e dispositivos de poder. O autor reflete sobre a questão do biopoder e o controle que ele exerce sobre os corpos e as mentes de pessoas, influenciando a forma como as sociedades regulam e normatizam a sexualidade. Para ele, essas configurações normatizadoras operam através de categorias do discurso e da linguagem (Foucault, 1988).

Judith Butler, é considerada como uma autora central para a chamada teoria *queer*. Ela também é conhecida como uma das principais continuadoras do pensamento foucaultiano. Sua principal contribuição para o debate vem do conceito de performatividade de gênero. Para ela,

o gênero não é algo inato ou biologicamente determinado, mas uma construção social reiterada pelo tempo através de atos performativos. Ela parte da noção de Foucault (1988) de discurso como dispositivo de poder e o remodela pensando a dimensão da corporalidade. Através dessa argumentação, ela afirma que o gênero é, pois, uma sequência de atos repetidos que criam a aparência de ser, através do tempo, cristalizada binariamente entre masculino ou feminino. Esse ponto de vista é central para sua investida na desconstrução das acepções de gênero e da sua normatividade (Butler, 2016).

Paul B. Preciado é um filósofo, teórico e ativista cujo trabalho levou ao limite as compreensões sobre gênero, corpo e sexualidade presentes na teoria *queer* até então. Através de uma investigação auto-etnográfica de sua experiência pessoal como homem transexual, Preciado (2022) questionou a forma como a noção de performatividade implica não apenas as manifestações cristalizadas de uma aparência de ser reiterada repetidamente, mas acarretam também profundas transformações corporais. Seu conceito de farmacopornografia indica que o uso de drogas, em especial os hormônios, condicionam e criam prazer e subjetividades. Ele leva além a noção foucaultiana de biopoder, ao analisar as formas como o poder biomédico pode criar e interferir profundamente nas identidades de

gênero e sexualidade. Critica ainda o viés patologizante e medicamentoso imposto às pessoas trans e *queer* na contemporaneidade (Preciado, 2022).

A transformação do termo “*queer*” em “*cuir*” está relacionada à adaptação linguística na América Latina, onde o termo “*cuir*” foi adotado, em partes, por expressar melhor a fonética da língua espanhola/portuguesa. Essa mudança busca abordar questões de gênero e sexualidade de forma que ressoe com realidades culturais e políticas específicas da região. Para essa perspectiva, os principais autores decoloniais que podem ser utilizados para fazer uma reflexão sobre a realidade *queer/cuir* do sul global são: 1. Gayatri Spivak (2010): destacou a representação de vozes subalternas e criticou o eurocentrismo na teoria acadêmica; 2. José Esteban Muñoz (2013): propôs o termo “*futuridade queer*”, a partir de uma visão utópica da comunidade LGBTQIAPN+, buscando ir além da aceitação para construção de um futuro inclusivo; 3. Sacchi et al (2021): refletiram sobre a resignificação do termo *queer* em *cuir* ao questionar os efeitos continuados do evento colonização sobre os corpos subalternos e a imposição da noção ocidental universalizada de corporalidade.

Gayatri Spivak é uma teórica pós-colonial, feminista e crítica literária. É de nacionalidade indiana e ficou conhecida após tecer críticas aos trabalhos de autores como Foucault

e Derrida (através de seu trabalho como tradutora). Seu principal argumento é o de que as vozes subalternas, marginalizadas e oprimidas tendem a ser silenciadas e reprimidas pelas estruturas de poder coloniais e pós-coloniais. Sua crítica direcionada a Foucault reclama que as análises por ele empreendidas concentram-se em dinâmicas de poder dentro das sociedades europeias, negligenciando assim, as formas de colonialismo do poder que operam no sul global. Nesse sentido, ela critica o eurocentrismo e o colonialismo nas teorias acadêmicas e científicas (Spivak, 2010).

José Esteban Muñoz foi um teórico cultural cubano que pensou a potência da luta *queer* para além das pautas de luta por igualdade e aceitação. Para ele, a verdadeira vocação do ativismo *queer* repousa sobre sua potência questionadora e disruptiva na direção da construção de um futuro utópico radicalmente diferente e mais inclusivo. Ele afirma que acepções relacionadas a cultura de massas, ao cinema, ao teatro, a música e as performances constituem elementos centrais na construção de identidades *queer*. Ele questiona essa construção a partir da experiência de *drag queens*, em especial a *drag* terrorista, que seria uma forma de atuação performática capaz de provocar uma desestabilização na identidade *queer* construída através do *mainstream* (Muñoz, 2013). Interessa ao autor a desconstrução, ou des-identificação rumo ao horizonte de uma futuridade *queer*.

Sacchi et al (2021), reflete sobre o uso do conceito de *cuir* a partir de fins políticos, pois tal ajuste com relação ao termo original *queer* simboliza um deslocamento do inglês para língua espanhola/portuguesa, predominante na América Latina. O movimento de ressignificação decolonial manifesta-se através da adaptação de significado e sentido da palavra em prol de uma melhor ressonância do termo entre os falantes de língua espanhola e portuguesa. Os autores, questionam a posição de pensadores como Butler, Preciado e Foucault e suas perspectivas *queer* que parecem irradiar de um lugar em que pessoas negras, afrodescendentes, lésbicas, travestis, feministas e transexuais são assimiladas pela égide da heterossexualidade compulsória. Os autores clássicos do pensamento *queer* pensaram realmente a intersecção entre raça, gênero, sexualidade e seus significados abaixo dos trópicos?

Segundo Valencia (2023), o deslocamento do termo *queer* para *cuir* remete a etimologia da primeira palavra em si, que resguardar o sentido de “torcer”. Para ela, o *cuir* realizaria uma torção a mais rumo a uma espécie de retrogosto barroco característico das línguas sincréticas (indígenas e coloniais). Nesse sentido, o *cuir* funciona como uma espécie de agenciamento político linguístico, pois busca desafiar os sistemas de enunciação hegemônicos, através da apropriação, recodificação e desobediência

verbal da linguagem. Para além disso, a expressão *cuir*, também busca posicionar-se como uma desobediência epistêmica, pois faz frente a tradição da modernidade/colonial. Configura-se como um tipo de resistência interseccional, pois questiona de um ponto de vista geopolítico as posições relegadas não somente as periferias sexuais, mas também as margens econômicas, raciais, de gênero, da diversidade corporal e funcional. Logo, o agenciamento político provocado pela resignificação do termo *queer* em *cuir*, já nasce pelas vias da interseccionalidade.

Dessa forma, o chamado movimento *cuir* pode ser caracterizado como globalmente localizado e composto por multidões que questionam e tensionam as instituições e políticas tradicionais, assim como às formas epistemológicas de inteligibilidade do gênero, da sexualidade, da hetero sexualidade compulsória, do padrão corporal eurocentrado.

No Brasil, a resistência *queer/cuir* se manifesta de diversas formas, incluindo: a cena musical em que artistas como Liniker, Linn da Quebrada, Pabllo Vittar e Johnny Hooker utilizam suas plataformas para questionar normas de gênero e sexualidade; a prática de ativismo, que combina arte e ativismo (Colling, 2015), é fundamental para expressar insatisfação e questionar as normas, incluindo performances e manifestações culturais que buscam destacar a luta pela equidade e a justiça social; a utilização do

pajubá, um vocabulário originado de dialetos africanos, serve como uma forma de resistência cultural, subvertendo a heteronormatividade dentro de comunidades LGBTQIAP+ através da desobediência política, linguística e epistêmica; as performances que desafiam as normas de gênero e sexualidade que são realizadas por grupos que incluem travestis, não-binários e outros, disseminando um espaço de inclusão e resistência. Esses exemplos refletem a rica diversidade e a força da resistência *queer/cuir* no Brasil, tensionando as normativas sociais e a sobrevivência de existências e identidades alternativas.

3. CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS E AÇÕES DECOLONIAIS: A EXPERIÊNCIA DO MINICURSO DA SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE

O minicurso intitulado “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina”, ocorreu em três dias consecutivos no turno manhã durante a programação da Semana Universitária da UECE em 2023. Os encontros tiveram uma participação média de 17 pessoas por dia, das quais 10 participaram do preenchimento do instrumental de pesquisa e avaliação. Dos (as) participantes, 80% se declararam do sexo feminino, 10% masculino e 10% não-binário. Com relação a sexualidade: 70% afirmou ser heterossexual, enquanto 30%

bissexual. Participaram pessoas entre a faixa etária de 18 a 34 anos, sendo que 60% do grupo está na faixa dos 20 anos, demonstrando a predominância da juventude na busca pelo minicurso com esta temática.

Com relação a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, os/as participantes revelaram ter despendido um nível de esforço entre moderado e excelente para participar do minicurso. Revelam que tinham um conhecimento fraco a moderado sobre a temática ao início do minicurso, mas que conseguiram obter um nível de conhecimento excelente ao final do curso. O (as) professor (as) foram avaliados como eficientes, organizados (as), estimulantes, acessíveis e prestativos pela maioria dos estudantes. A participação em sala de aula foi bastante significativa nos três dias de minicurso, através de questionamentos e de relatos de experiências pessoais, bem como compartilhamento de leituras sobre o tema.

Foram destacadas como principais contribuições do minicurso para os (as) alunos (as), os seguintes fatores: aspectos sobre o feminismo decolonial e a resignificação sobre o termo “*queer*”; conhecimento sobre novos autores, perspectivas teóricas e epistemológicas; conhecimento sobre interseccionalidade dos movimentos sociais; abordagem sobre o feminismo comunitário e a teoria cuir decolonial; metodologias de ensino; inspiração nos feminismos; resignificação do olhar, visão e valorização de autores brasileiros.

Ao final do minicurso os (as) estudantes afirmaram em unanimidade que conseguiram compreender as implicações políticas e sociais das perspectivas decoloniais, interseccionais e dos movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina. Destacaram ainda aquilo que consideram como práticas/ações decoloniais que influenciam nosso jeito de ser, pensar e agir no mundo: consumo de pensadores, cultura e costumes Latinos; busca do pensamento independente e plural; respeito aos saberes comunitários, culturais e tradicionais; articulações comunitárias, construção de lideranças locais, resistências contra-hegemônicas de lutar e fazer-ser; atitudes anticoloniais, antifascistas, anti-LGBTfóbicas; voto em mulheres pretas e trans na política do país; valorização dos conhecimentos ancestrais; transcender os muros da academia; representatividade em locais de poder como as universidades; valorização das práticas nos bairros com as representações locais como mães, avós, tias e vizinhas; valorização dos pensadores, da moda, da culinária, das artes produzidas na América Latina.

Além da exposição teórica baseada nos (as) autores apresentados (as) ao longo do texto, recursos como músicas que refletem sobre a América Latina, tais como “Podres Poderes” de Caetano Veloso foi utilizada como mote para os debates. Foram trabalhadas também diversas imagens, poemas e vídeos interativos como recurso pedagógico

durante os três dias de minicurso, o qual, pode-se observar o interesse no debate decolonial e, por vezes, uma demonstração de admiração pelo desconhecimento dessa temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou resgatar os significados do giro decolonial através de uma contextualização de facetas dos movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina. Através de uma metodologia qualitativa com direcionamento a pesquisa bibliográfica e de campo, foi possível relatar as reflexões empreendidas durante a realização do minicurso: “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” durante a programação da Semana Universitária da UECE de 2023. Dessa forma, o texto buscou discutir o surgimento dos estudos decoloniais e dos feminismos decoloniais, além de refletir sobre a ascensão da teoria e movimento *queer/cuir* latino-americano.

Os tópicos do texto buscaram discutir a perspectiva decolonial e interseccional, bem como seus debates sobre gênero e sexualidade. O feminismo decolonial foi abordado a partir da crítica às normas e estruturas de gênero socialmente e historicamente estabelecidas através do poder colonial e patriarcal. O processo de desconstrução e questionamento dessas estruturas passa pelas vozes

subalternizadas das mulheres latino-americanas, principalmente as mulheres negras e indígenas. A teoria, movimento e ativismos *queer*/cui somam-se a essa luta, pois em suas fileiras encontram-se as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais igualmente marginalizadas/os pelas estruturas de opressão colonial.

A pesquisa de campo desenvolvida, consistiu na aplicação de um instrumental de entrevista semiestruturada aos participantes do minicurso realizado pelo/as autor/as, em que os/as alunos/as tiveram a oportunidade de exprimir os conhecimentos adquiridos durante os três dias de aulas e de que forma eles poderiam desdobrar essas informações em ações e práticas decoloniais. As respostas abordaram diferentes facetas de pensar, agir e ser que podem contribuir para uma existência, pensamento e ação decolonial na vida real cotidiana e foram refletidas também através da observação participante realizada pelos (as) docentes.

A partir das percepções dos/as participantes do minicurso, associadas aos debates realizados em sala, destacaram-se as seguintes contribuições à reflexão decolonial: a) a construção de práticas decoloniais demanda uma ressignificação das formas de ser, agir e pensar no mundo contemporâneo; b) a interseccionalidade ocupa um papel central para entender as vivências dos indivíduos historicamente marginalizados pelas estruturas sociais de poder,

como o machismo, o patriarcado e o poder colonial; c) a importância de ações socioeducativas em favor da construção do giro decolonial na vida cotidiana e nas percepções coletivas sobre temáticas como o gênero e a sexualidade; d) a adoção de práticas decoloniais que possibilitem o deslocamento do eixo do poder, saber e ser em favor das existências subalternizadas, bem como a necessidade de descolonizar o conhecimento em contextos sociais e acadêmicos. Dessa forma, entendemos que o minicurso e o presente artigo mobilizaram reflexões e aprendizados que acumulam para a construção de um horizonte decolonial.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117.
- BARBOSA, Lia Pinheiro (2019). Florescer Dos Feminismos Na Luta Das Mulheres Indígenas E Camponesas Da América Latina. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 205-240.
- BARBOSA, Lia Pinheiro (2021). De las mujeres como energía vital y las reverberaciones de la lucha en defensa de los territorios y de los comunes en América Latina In: Cisneros, Araceli Calderón; Bustamante, Mercedes Olivera; Nucamendi, Mauricio Arellano (orgs.). **Territorios para la vida: Mujeres en defensa de sus bienes naturales y por la sostenibilidad de la vida**. San Cristóbal de las Casas: Editora CESMECA, UNICACH, pp. 23-55.
- BUTLER, Judith (2018). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio.
- CASTILLO, Rosalva (2000). Entre o etnocentrismo y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de gênero, México.
- COLLING, Leandro (2015). **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. EDUFBA.
- DIAS, Júlia Machado; DE MELLO ARCÂNGELO, Élton (2017). **Feminismo decolonial e teoria queer: limites e possibilidades de diálogo nas relações internacionais**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 6, n. 11, p. 121-151.
- FOUCAULT, Michel (1988). **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, p. 11-12.
- GONZALEZ, Lélia (2020). **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Holanda, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista**

hoje: perspectivas decoloniais, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.38-51.

LAMBERT, Hélène (2019). **Feminismo Autônomo Latino Americano**: na Bolívia, as Mujeres Creando reivindicam a descolonização dos corpos. Cadernos de Gênero e Diversidade, [s. l.]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24184/15428> . Acesso em: 22 jan. 2019.

LUGONES, M (2014). Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas** , 22(3), 935-952.

MIGNOLO, Walter (2010). **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) (1994). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7a ed. Petrópolis, RJ - Vozes.

MUÑOZ, José Esteban (2013). **Disidentifications**: Queers of color and the performance of politics. U of Minnesota Press.

PRECIADO, Paul B (2022). **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

QUEIROZ, D. B. S; MOREIRA, R (2023). Nzinga informativo: o feminismo negro na transformação do silêncio. **Esferas**, ano 13, vol. 3, nº 28.

QUIJANO, A.. Colonialidad y Modernidad-racionalidad (1992). In H. Bonillo (Org.), **Los conquistados** (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.

QUIJANO, A (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (coord.). **La colonialidad del**

saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.

SANTOS, Vívian Matias (2018). Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30.

SACCHI, Duen et al (2021). **Epistemologias desobedientes e histórias decoloniais:** um fórum sobre práxis latino-americana. Revista Periódicus, v. 1, n. 15, p. 75-90.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar.** UFMG.

VALENCIA, Sayak (2023). **Do Queer ao Cuir:** Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal. Tradução: VILELA, Fabrício Marçal; Revisão: AXT, Bryan. Caderno Espaço Feminino, v.36, n.1: Uberlândia, MG. Jan./jun. 2023. ISSN 1981-3082 35. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-3>